

# Federação

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E IMAGEM | FNE

## 1 EDITORIAL

UMA APOSTA CLARA NA DEFESA DE MELHOR  
EDUCAÇÃO COM TRABALHADORES  
VALORIZADOS ..... 3

## 1 CONFERÊNCIA DA CPLP-SE

MANIFESTAÇÃO EM LISBOA PARA CONFIRMAR  
A JUSTIÇA DAS REIVINDICAÇÕES DOS  
TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO ..... 4

## 1 9º CONGRESSO DA FNE

REALIZOU-SE EM LISBOA NOS DIAS 10 E 11 DE  
MAIO DE 2008 SOB O LEMA "EDUCAÇÃO PARA O  
FUTURO-PROFISSIONAIS RECONHECIDOS E  
VALORIZADOS" ..... 12

## 1 SECRETARIADO NACIONAL

DEFINIDAS PRIORIDADES NA PRIMEIRA  
REUNIÃO DO SECRETARIADO NACIONAL APÓS  
CONGRESSO ..... 22

## 1 1º DE MAIO 2008 DA UGT

MANIFESTAÇÃO EM LISBOA PARA CONFIRMAR  
A JUSTIÇA DAS REIVINDICAÇÕES DOS  
TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO ..... 28

**Exigimos a eliminação da precariedade entre os docentes, através:**















- ▣ do direito a um contrato sem termo ao fim de três anos de contratação a termo;
- ▣ da eliminação do regime de recibo verde para os responsáveis pelo funcionamento das AEC;
- ▣ de valores mínimos razoáveis para a remuneração dos responsáveis pelo funcionamento das AEC;

**X NÃO!** AOS  
**RECIBOS VERDES**  
**NAS AEC'S**

# Federação

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E IMAGEM | FNE

-  **3. Uma Aposta clara na defesa de melhor educação com trabalhadores valorizados**
-  **4. Conferência extraordinária da CPLP-SE aprova Declaração de Lisboa**
-  **8. Grande delegação internacional apoia lutas da FNE**
-  **10. Prioridades reivindicativas imediatas**
-  **12. Quatro anos em revista, quatro anos de acção reivindicativa**
-  **14. FNE será persistente na defesa dos trabalhadores da Educação**
-  **22. Definidas prioridades na primeira reunião do Secretariado Nacional após congresso**
-  **24. Iset - Mestrado em Administração Educacional e Especializações 08/09**
-  **25. UGT apoia campanha olimpica "Jogo Limpo"**
-  **26. FNE contribui para a identificação de abusos e ilegalidades no processo de avaliação de desempenho**
-  **27. Sindicatos da UGT reivindicam clarificação de procedimentos na transferência de competências para as autarquias**
-  **27. Trabalhadores lutarão por direitos adquiridos - ADSE para todos**
-  **28. Trinta mil trabalhadores da UGT desfilaram no 1º de Maio**
-  **31. Não aos recibos verdes nas Aec's**

## FEDERAÇÃO - FNE

Ano 1 | n.º 3 | Maio 2008 | Periodicidade mensal | Proprietário Federação Nacional dos Sindicatos da Educação | Director Pedro Barreiros

Design Gráfico PB | Colaboradores Nuno Santos, Paulo Amadeu

Sindicatos Membros Sindicato dos Professores da Zona Norte | Sindicato dos Professores da Zona Centro | Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa | Sindicato Democrático dos Professores do Sul | Sindicato Democrático dos Professores dos Açores | Sindicato Democrático dos Professores da Madeira | Sindicato dos Professores das Comunidades Lusiadas | Sindicato dos Técnicos Superiores, Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte | Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Centro | Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

Redacção Rua Costa Cabral, 1035 | 4200-226 Porto | tel. 225073880 | tel. 225092906 | secretariado@fne.pt

# Uma **APOSTA** clara na defesa de **MELHOR EDUCAÇÃO** com **TRABALHADORES VALORIZADOS**

O 9º Congresso da FNE foi um momento alto da vida interna da nossa federação, pela clareza dos debates, pela lealdade reafirmada e pela orientação que ficou estabelecida para o quadriénio que agora começa.

Mas foi também um congresso em que a dimensão da representação internacional foi o sinal do reconhecimento da nossa participação solidária com outras organizações de todo o mundo, em nome dos trabalhadores da educação.

Porque queremos em todo o mundo sociedades livres, democráticas, sem exclusões, e solidárias, temos obrigação de fazer com que o desenvolvimento das nossas sociedades vá por esse caminho, em vez de ser conduzido para formas inaceitáveis de exclusão social e de opressão, de ausência de dignidade e de respeito que tantas vezes encontramos por esse mundo fora. E foi isso que o nosso Congresso afirmou com toda a clareza. Temos consciência de que a nossa opção sindical tem que ser clara, no sentido de que saberemos encontrar o justo equilíbrio entre os momentos em que se deve apostar no diálogo, na negociação e na concertação, e os momentos em que não poderemos abdicar de lutar, pelos meios que tivermos ao nosso alcance, para conseguirmos o que é essencial para os trabalhadores que representamos.

## **Nem só acordos, nem só lutas.**

Em cada momento, saberemos encontrar o caminho que melhor serve os interesses dos trabalhadores.



## **E fá-lo-emos sempre em total independência, sem preocupações de responder a interesses de governos ou de oposições.**

Temos pela frente um caminho a percorrer e sabemos onde queremos chegar e com que orientações e valores o faremos. Este Congresso constituiu uma oportunidade de fortalecimento das nossas convicções e do empenhamento com que determinamos a adesão aos valores que defendemos. Partimos desse Congresso, para as nossas escolas, com a mensagem de que da parte da FNE continuará a haver determinação na protecção e defesa dos trabalhadores da educação em Portugal.

Partimos com a convicção de que estamos preparados para, com grande mobilização, sermos portadores de mensagens de exigência de mais e melhor educação, com trabalhadores reconhecidos e valorizados.

Partimos daquele Congresso com a consciência de que a FNE assume por inteiro a responsabilidade de realizar um trabalho persistente e consistente de defesa de condições de trabalho dignas e de remunerações dignas.

João Dias da Silva  
Secretário-Geral



Onze organizações sindicais dos países de língua oficial portuguesa apelam a mais Diálogo Social

## Conferência extraordinária da CPLP-SE aprova Declaração de Lisboa

Na conferência extraordinária da CPLP-SE (Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa – Sindical da Educação) que se realizou por ocasião do nono Congresso da FNE foi aprovado um texto reivindicativo a que se chamou a Declaração de Lisboa. Num encontro que decorreu em Lisboa no dia 9 de Maio 11 organizações sindicais de Educação de Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, assinaram e registaram esse texto intitulado Declaração de Lisboa. Nela, estão vertidas as preocupações das 11 organizações, que se centram nas matérias reivindicativas destas perante os governos dos respectivos países, num sublinhado apelo aos governantes para que reforcem o Diálogo Social.

A Declaração de Lisboa, para lá de reforçar o conteúdo da Declaração do Milénio – onde se exige que todas as crianças de ambos sexos e de todas as condições sociais concluam, pelo menos, um ciclo de ensino –, realça também a luta que a CPLPSE tem de levar a efeito perante o impacto dramático que o vírus do HIV está a ter em muitos países, e relativamente aos quais se exige que os sistemas educativos tenham respostas claras de informação. Maria Arminda Bragança, da FNE, alertou os congressistas para a necessidade de trabalho urgente nesta questão, quer ao nível dos professores infectados com o vírus do HIV, quer ao nível das crianças órfãs que, por sua vez, carecem de apoio especial da parte dos docentes. Com as participações dos secretários-gerais da FNE (João Dias da Silva) e Fenprof (Mário Nogueira), a conferência contou também com a presença do secretário-geral da UGT, João Proença, que desempenha as funções de secretário executivo da Comunidade Sindical de Países de Língua Portuguesa (CSPLP). Aliás, foi nessa qualidade que João Proença anunciou que a CPLP-SE foi aceite por unanimidade na CSPLP por se tratar de “uma organização aberta onde não há exclusões entre os diferentes países com problemas necessariamente diferentes”. Numa mensagem directamente endereçada à CPLP, representada por Paulo Roberto Palm, João Proença acrescentou o seu desejo em que a CPLP “não tenha apenas a dimensão política e económica, mas que reforce também a dimensão social”.



Precisamente Paulo Roberto Palm, representante ao mais alto nível da CPLP, “é fundamental que neste momento se dotem de capacidades todos os estudantes com tecnologias de ponta e desenvolver as suas capacidades criativas”. E para tal, destaca: “O papel que cabe aos sindicatos não pode ser dissociado no seu empenhamento na construção da cidadania e formação dos novos cidadãos”. João Dias da Silva destacou a importância da força de todas as organizações que lutam pela melhoria e qualidade de ensino para todos. É, aliás, nesse sentido, que a Declaração de Lisboa salienta a exigência de mais respeito pela liberdade profissional e pela participação activa dos professores, sendo considerado como o pilar das grandes reformas. Cada um dos intervenientes acabaria por fazer um resumo da situação nos seus países, concretamente a diferença de tratamento sindical nos países africanos, enquanto que a CONTEE destacaria uma campanha que está a desenvolver no Brasil contra uma espécie de mercantilismo que se está a desenvolver na área da educação. Chama-se “Educação não é Mercadoria”, destacando a questão da desnacionalização da Educação Superior naquele país.

## A Declaração de Lisboa da CPLP-SE

1. A Conferência Extraordinária da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em **Lisboa no dia 9 de Maio de 2008**, reuniu 20 dirigentes de 11 organizações sindicais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe. No cumprimento da Ordem de Trabalhos debateram-se questões relacionadas com as políticas laborais e educativas. Debateu-se, ainda, toda a problemática do HIV/SIDA e do seu grande impacto nos sistemas educativos dos países onde é muito elevada a taxa da população afectada.

2. No mundo da globalização com todos os desafios que são colocados ao mundo do trabalho, as organizações sindicais do sector da educação têm um papel cada vez mais relevante na defesa de trabalhadores qualificados e de boas condições de trabalho, factores essenciais do progresso económico, social e cultural dos países. Os governos terão de entender que organizações sindicais fortes, com grande capacidade reivindicativa serão os parceiros por excelência do diálogo e da negociação, pilares básicos na construção das verdadeiras sociedades livres e democráticas. O contexto político do diálogo social é importante e os governos têm de entender que as reformas que querem fazer nos diferentes sectores de actividade só serão bem sucedidas através da criação de mecanismos de participação e consulta, em que governantes e sindicatos, em conjunto, analisem os problemas e tentem encontrar as melhores soluções. Os sindicalistas da CPLP-SE reafirmam a urgência de os governos reconhecerem o papel imprescindível das organizações sindicais na negociação das matérias salariais e das políticas educativas, reforçando o Diálogo Social.

3. A sociedade do conhecimento coloca um desafio constante aos governos e cuja resposta passa por um forte investimento na qualificação da população activa. A Declaração do Milénio, adoptada em 2000, por todos os 189 Estados Membros da Assembleia-Geral das Nações Unidas, contém como um dos seus objectivos, atingir o ensino primário universal, ou seja garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário. A recomendação conjunta da UNESCO e da OIT, referente ao "status" dos professores, afirma nos seus objectivos, o direito à educação para todos, sem discriminação de sexo, raça, cor, religião, opinião política, origem social ou condição económica. Para responder a estes desafios os governos têm de entender que é pedido pela sociedade aos professores e às escolas, que desempenhem uma diversidade enorme de papéis complexos, para os quais é exigida uma formação inicial de muita qualidade e uma formação contínua que permita o constante desenvolvimento das competências profissionais. Neste sentido, os sindicalistas da CPLP-SE entendem ser fundamental que os governos assumam como uma prioridade o desenvolvimento de políticas coerentes de formação de professores, inicial e contínua, que promovam o seu desenvolvimento profissional, factor essencial a uma escola de qualidade e de sucesso.

4. A promoção de uma educação de qualidade passa por atrair as pessoas mais qualificadas e mantê-las na profissão docente. Para se atingir este objectivo é urgente inverter a tendência generalizada para desvalorizar a profissão docente, dignificando-a através de melhores salários, melhores carreiras e melhores condições de trabalho. Os sindicalistas da CPLP-SE apelam aos governos no sentido de implementarem urgentemente medidas de incentivo à entrada e à manutenção na profissão docente de profissionais qualificados e motivados. E essas medidas passam, essencialmente, pela revisão dos investimentos nacionais na educação, que permitam desenvolver uma política de condições de trabalho, de carreiras e de salários atractiva para a actividade docente.





5. Outro dos objectivos do Milénio é, até 2015, parar e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA. O HIV e a Sida continuam a ter um impacto muito significativo nos sistemas educativos dos países com uma elevada taxa de população afectada. E este impacto tem diversas vertentes. Uma tem a ver com os custos de recursos humanos relacionados com a substituição de professores doentes ou que morrem vítimas da doença, e ainda, com os custos materiais exigidos pelo acompanhamento médico dos trabalhadores da educação.

A outra vertente, relacionada com esta tem a ver com a necessidade urgente de formar novos professores preparados para lidar com a crise provocada pela doença, nomeadamente nas zonas rurais onde há um número elevado de crianças orfãs com enormes taxas de insucesso e retenção. Os dirigentes sindicais dos países da CPLP-SE, assumindo as recomendações conjuntas da UNESCO e da OIT, afirmam que os governos deveriam, com a colaboração dos sindicatos de professores, implementar programas de sensibilização nos locais de trabalho onde ainda nada existe.

Estes programas deveriam incluir prevenção, tratamento e aconselhamento voluntário e teste (VCT). Afirmam, ainda, a necessidade de grandes campanhas de informação, que permitam aos professores criar bons ambientes de trabalho e ajudá-los a apoiar os colegas e as crianças afectadas.

6. A CPLP-SE afirma a sua total rejeição à integração da Educação nos acordos da Organização Mundial do Comércio. Considera-se que a Educação constitui um pilar fundamental na estratégia social de cada país e, como tal necessita de um grande investimento público. Os governos, no entanto, não podem alienar a sua responsabilidade em garantir uma educação básica de qualidade para todos. A qualidade educativa não é apenas visível nos resultados educativos, mas passa também por uma efectiva igualdade de acesso de todos os cidadãos a uma educação de qualidade.

7. A solidariedade, essência do sindicalismo livre e democrático, é um valor, reassumido por todos os que fazem do movimento sindical moderno um meio de lutar por um mundo mais justo e mais fraterno. Na era da globalização em que vivemos, a solidariedade deve ser reafirmada como valor fundamental das relações entre os patrões e os trabalhadores. Os dirigentes sindicais da CPLP-SE reafirmam que a solidariedade é a essência do movimento sindical moderno, que faz das organizações sindicais do séc. XXI um verdadeiro baluarte contra o individualismo cego e contra a competitividade selvagem. Cooperação e colaboração serão palavras onde assentará a actividade da CPLP-SE.



8. As organizações sindicais que integram a CPLP-SE e que são filiadas em diversas organizações internacionais, nomeadamente a Internacional da Educação, comprometem-se a desenvolver uma estratégia comum, no sentido de divulgar as realidades de cada um dos países, que com especificidades diversas, exigem políticas adequadas, promotoras de uma integração plena nas diferentes regiões e no Mundo.

9. Os dirigentes sindicais da CPLP-SE comprometem-se a fazer chegar aos respectivos Governos e organizações nacionais e internacionais onde as suas organizações estão filiadas esta Declaração.

**Lisboa, 9 de Maio de 2008**



# Conferência de Lisboa

# Grande delegação internacional apoia lutas da FNE

Das cerca de três dezenas de convidados internacionais para o nono Congresso da FNE, destacam-se na edição deste jornal as intervenções dos representantes da Internacional da Educação e do Comité Sindical Europeu da Educação. Enquanto estas duas entidades reforçaram a importância da FNE, Carlos Cortinas, secretário-geral da FETE-UGT (Espanha), preferiu destacar a construção futura de resoluções entre as duas federações.



## **Fred van LEUWEN, Secretário-Geral da Internacional da Educação**

"Temos consciência plena e apoiamos, incondicionalmente, o esforço que a FNE tem feito para fazer frente a todas as tentativas do governo português para degradar o estatuto dos professores. A Internacional da Educação afirma a sua total solidariedade com os professores e os trabalhadores da educação portugueses quando eles dizem à sua Ministra da Educação que a qualidade da educação não melhorará se eles continuarem a sofrer perigosos cortes nos seus direitos e nas suas condições de trabalho."



## **Patrick GONTHIER, Secretário-Geral da UNSA Educação de França e Vice-Presidente da Internacional da Educação**

"Somos obrigados a reconhecer cada vez mais que o stress no trabalho é um problema sério e que o ensino é uma das profissões mais difíceis actualmente. O impacto crescente da violência na sala de aula é um reflexo da sociedade em geral. Este tema deve ser debatido e gerido ao nível europeu. Em todos os países da Europa, a chave para ter um sistema educativo de qualidade está em ter professores qualificados em número suficiente e estes possuírem um alto nível de formação.

Este é um desafio para alguns países, devido ao envelhecimento

da população, pois um grande número de professores irá para a reforma nos próximos cinco a dez anos e terão de ser substituídos. Os governos serão tentados a diminuir os custos relacionados com a formação de professores, a diminuir os níveis de qualificações e a conservar os salários baixos. Esta situação será uma tentação para os governos que terão de fazer também face ao crescimento da população envelhecida. (...)

Devemos defender a manutenção e mesmo o aumento dos níveis de qualificação. Devemos defender a oportunidade de desenvolver as carreiras dos professores para que estes possam beneficiar de uma sólida formação inicial e contínua para não serem apenas "fornecedores de saberes.

É desta forma que melhoramos o estatuto da profissão docente para que esta profissão seja escolhida antes de outras profissões pelos estudantes do ensino superior e que ela beneficie do reconhecimento financeiro que tal professor imponha."



# Grande delegação internacional apoia lutas da FNE



## Martin ROMMER, Secretário-Geral do CSEE

"Os professores e os seus sindicatos representam a voz dos profissionais e as reformas na educação são complexas e, para serem bem sucedidas, necessitam do apoio dos professores. Há necessidade de aumentar o diálogo quer a nível nacional, quer a nível da Europa. É a razão pela qual o CSEE decidiu estabelecer um diálogo social sectorial para a educação. Isto significa a criação de uma Comissão do Diálogo Social em Bruxelas, com representantes dos sindicatos dos professores e dos empregadores. É uma tarefa complicada porque queremos cobrir todo o sistema educativo, mas não tenho dúvidas sobre os benefícios que isso nos trará aos nossos sindicatos. O governo português apoiou a ideia e procuro a cooperação ao nível europeu. Porém, isto não é um meio para salvar o diálogo social, mas um instrumento adicional que pode fortalecer as nossas possibilidades. Nos últimos dois anos foi dada atenção especial à formação dos professores. É evidente que a qualidade da formação inicial é um "must". O único caminho que poderemos seguir para repor o "status" dos professores e do respeito pelo nosso trabalho é apoiando uma formação inicial de professores de nível superior. E cada vez mais o acesso a um desenvolvimento profissional contínuo deve ser livre para todos os professores. (...)

## Carlos CORTINAS, Secretário-Geral da FETE-UGT

É um prazer para mim dizer que a FNE é um dos parceiros mais activos no CSEE. Agradeço-vos, reconhecidamente, a vossa participação no nosso trabalho e no desenvolvimento das nossas políticas."

A FNE e a FETE foram desenvolvendo um trabalho conjunto que se materializa nos diferentes encontros que realizamos, mas também estamos a colaborar no campo internacional.

Neste terreno, considero que temos que potenciar as estruturas sindicais internacionais para defender, no âmbito exterior e concretamente no europeu, os interesses dos trabalhadores e fazer frente aos desafios que se avizinham: a privatização do ensino e os relatórios que avaliam os sistemas educativos, que políticas educativas desenvolver face ao aumento de alunos imigrantes e como erradicar o insucesso escolar."



# Prioridades imediatas

**Reivindicação, para os Trabalhadores da Administração Pública, da recuperação da contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão em carreira, congelado entre 30 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2007.**

A primeira reunião do Secretariado Nacional definirá as acções políticojurídicas que serão desenvolvidas no sentido da garantia de obtenção deste objectivo.

**Exigência da eliminação do regime cego de quotas** em qualquer processo de avaliação de desempenho no sector.

**Reivindicação de um regime fiscal próprio** que contemple, ao nível das deduções específicas, as despesas realizadas com a formação (inscrições, propinas, emolumentos), despesas realizadas com as viagens para e do local de trabalho, despesas realizadas com aquisição de equipamentos e materiais desgastáveis necessários à preparação das aulas e das actividades a desenvolver.

**Negociação de regras para a organização do ano lectivo de 2008-2009**, através de:

- Definição de orientações que, nos horários dos docentes, respeitem o tempo de trabalho individual adequado ao número de alunos com que trabalham, e respectivos níveis, e em que se garanta razoabilidade na planificação da agenda de reuniões de coordenação;
- Exigência da determinação de orientações que visem a criação de condições que permitam que o docente realize na escola, em espaços de qualidade, parte da sua componente não lectiva de trabalho de estabelecimento.

**Participação na comissão paritária de acompanhamento da avaliação de desempenho**

- Abertura imediata de uma aplicação informática, no site da FNE, para apresentação pelos docentes de queixas relativas a desvios e irregularidades nos respectivos processos de avaliação de desempenho

**Reivindicação da revisão do Estatuto da Carreira Docente.**

- Combatendo a divisão inútil de categorias;
- Exigindo a eliminação da prova de ingresso na carreira;
- Reivindicando o fim das quotas na atribuição de quaisquer menções.

**Preparação da negociação do modelo de avaliação de desempenho de docentes**, através da apresentação de uma proposta alternativa de avaliação de desempenho dos docentes, num processo de consulta dos sócios que culmine numa Conferência Nacional a realizar em Setembro/Octubre

**Celebração do Dia Mundial do Professor**, em 5 de Outubro, com a realização de um seminário de debate sobre a profissionalidade docente.

**Celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente**, em 24 de Novembro, associado à realização de uma Convenção de Trabalhadores Não Docentes.

**Reivindicação da reformulação dos procedimentos concursais de docentes**, eliminando as normas que permitem procedimentos discricionários na sua selecção.

**Reivindicação da revisão do Decreto-Lei nº 184/2004** de forma a determinar orientações específicas de enquadramento para os Trabalhadores Não Docentes, em nome do conteúdo funcional próprio que devem executar, o que supõe:

- maior exigência ao nível da formação inicial;
- reforço das condições de acesso à formação contínua.

**Revisão do regime de gestão do pessoal não docente das escolas, no quadro da administração central**, e garantindo que a eventual transferência de competências para as Autarquias respeite os trabalhadores em relação às categorias a que pertencem e as carreiras já desenvolvidas, para além de colocar na escola a liderança disciplinar e funcional.

# Prioridades imediatas

**Exigência de revogação/revisão do Decreto-Lei nº 3/2008**, determinando enquadramento mais adequado para a educação especial.

**Acompanhamento da implementação do novo regime de administração das escolas**, garantindo o seu pleno funcionamento democrático:

- clarificando e definindo as competências específicas das escolas;
- garantindo dotações orçamentais adequadas ao desenvolvimento dos respectivos projectos educativos;
- reforçando a participação dos encarregados de educação e dos municípios no órgão de direcção das escolas

**Reivindicação da revisão dos estatutos de carreira dos docentes do ensino superior universitário e politécnico. Reivindicação, para os professores de português no estrangeiro, de:**

- actualização salarial;
- distinção entre subsídio de refeição e salário;
- definição de apoios para deslocações de instalação e de serviço;
- capacidade de acção sindical

**Reivindicação para o funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular, de:**

- espaços adequados para o seu desenvolvimento;
- definição de máximos para a constituição de grupos de alunos;
- formação ao nível científico e pedagógico dos responsáveis;
- remuneração digna;
- fim dos recibos verdes.

**Negociação da revisão dos Contratos Colectivos de Trabalho com as entidades patronais do sector privado**

# Quatro anos em revista, quatro anos de acção reivindicativa

*O Congresso foi a oportunidade para passar em revista o trajecto desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos. Foi sublinhada a relevância da FNE em todo este tempo, em que se destacou pela sobriedade, carácter de exigência e compromisso perante os seus associados. Tudo, sempre em luta pela melhoria do ensino nas escolas. Rever quatro anos de acção sindical foi lembrar conquistas e propostas pioneiras, o que se traduziu numa expressiva aprovação maioritária do documento que foi apresentado e que está à disposição dos interessados em [www.fne.pt](http://www.fne.pt). Do conteúdo desse relatório dá-se seguidamente breve nota, sem esgotar as matérias que dele constam.*

O relatório apresentado foi a expressão do trabalho que a FNE realizou, enfrentando sucessivamente políticas manifestamente punitivas para os trabalhadores da educação e de insuficiente diálogo social. Assim, o relatório deu expressão a redução, de todo injustificada, do número limite de dirigentes dispensados para a actividade sindical, a par da limitação das condições de participação dos trabalhadores em reuniões do mesmo carácter.

## As respostas da FNE às ofensivas do Governo foram imediatas

O relatório regista que logo em 2004 no mandato que então começava fomos confrontados com a situação mais grave em termos de concursos de que havia memória. Em 30 anos de concursos a nível nacional, assistiu-se, entre Maio e Outubro de 2004, a um retrocesso intolerável que colocou a FNE na primeira linha da denúncia dos sucessivos erros detectados e na exigência de correcções que os limitassem. Depois, o governo actual introduziu novas alterações ao regime de concursos que, em muitos aspectos, desde sempre, mereceram a nossa total discordância, por abrirem espaço à total arbitrariedade na selecção e colocação de docentes.

Depois, em 2005, a administração pública começou a sofrer os mais rudes golpes de desconsideração pelos seus trabalhadores, em termos de desenvolvimento de carreiras, remunerações e de condições de aposentação. Lembrou-se neste relatório que foi por iniciativa da FNE que foi desencadeada uma greve em Junho de 2005, precisamente para contestar o que se adivinhava com toda a clareza: um conjunto de decisões mal preparadas, elaboradas sem conhecimento da realidade e das necessidades do sistema educativo, que se traduziram em orientações sobre o reordenamento da rede escolar (com encerramento apressado de milhares de escolas) e sobre a organização dos horários dos docentes (com clara desconsideração pelo tempo de trabalho individual de preparação das actividades lectivas). Mas se as lutas são para ser feitas, elas também servem para ganhar para os trabalhadores da educação o que lhes é devido. Por tal razão, e nas vésperas de uma outra greve marcada para 18 de

Novembro de 2005, a FNE chegou a acordo com o Ministério da Educação sobre um conjunto de soluções, com as quais o mesmo Ministério se comprometeu a colocar ordem nos horários docentes, eliminando as situações de abuso que se instalavam entretanto. Foi então que a FNE corrigiu milhares de horários, em comissão de acompanhamento criada para o efeito. Porém, o ME não quis dar a este acordo o relevo que merecia e apresentou uma proposta de revisão do Estatuto da Carreira Docente totalmente inaceitável, traduzindo-se tal acção num rude golpe ao diálogo social e à assumpção de compromissos negociais entre os parceiros.

## Os Trabalhadores Não Docentes sempre na primeira linha reivindicativa

Os trabalhadores não docentes foram desconsiderados pelos mais recentes governos. Recorde-se que a FNE conseguiu, em 1999, que os trabalhadores não docentes vissem reconhecidos as suas funções especiais, concretamente na tradução de investimento no aumento das suas qualificações iniciais, bem como na sua formação contínua, o que legitimou as esperanças de uma natural ascensão profissional. No entanto, logo em 2004, o governo de então alterou aquele diploma legal, com forte oposição da FNE, dos seus sindicatos e dos seus trabalhadores.

Esta situação, agregada à revisão do regime de carreiras, vínculos e remunerações da administração pública que o actual governo instalou entre estes trabalhadores provocou uma muito clara insatisfação, pelos níveis de precariedade e insegurança que se continuavam a demonstrar. Exemplo disso, é o processo que vai, ora avançando, ora recuando, relativo à transferência de competências para os municípios na área da gestão do pessoal não docente das escolas para as autarquias. Ainda não estamos convencidos da bondade de uma tal decisão, nem tem havido a preocupação de demonstrar à sociedade que, por via dessa transferência, as escolas vão funcionar melhor, ou que os trabalhadores vão ser mais considerados e valorizados.

A FNE acha, inclusive, o contrário.

## Prevenir a violência em vez de ter que a remediar

O relatório lembrou ainda que fomos os primeiros a colocar ao Procurador-Geral da República e ao Governo a questão essencial do entendimento das agressões físicas e verbais a docentes e não docentes como crime público e portanto prioritárias na investigação criminal, bem como fomos os primeiros a exigir a constituição de equipas multidisciplinares de apoio às escolas e aos professores para prevenir em vez de remediar. A constituição de um Observatório Nacional para a Convivência Escolar, com a participação de representantes dos pais e encarregados da educação, das autarquias, das organizações sindicais e do Governo também esteve na nossa agenda de propostas.

## (In)acção do governo no ensino superior

Ao nível do ensino superior, o relatório apresentado denunciou o facto de o governo ter alterado o regime jurídico de organização deste subsistema de ensino, com orientações que, tendo estado longe de serem pacíficas nas instituições, estão também longe de serem consideradas adequadas e até passíveis de concretização. Para além de disposições discutíveis sobre a organização das escolas, parece claro o desinvestimento financeiro no sector, transferindo para as escolas a responsabilidade de recolha de fundos para o seu funcionamento, o que para já se tem traduzido pelo crescimento intolerável do desemprego dos precários das instituições, com claros prejuízos para a sua oferta formativa. À implementação do processo de Bolonha no nosso país falta um relatório público e circunstanciado que permita um debate alargado sobre as formas encontradas para a sua concretização. Lamentavelmente, esta legislatura parece que fica marcada por um novo e injustificável atraso na revisão dos estatutos das carreiras dos docentes do ensino superior universitário e politécnico.

## Ensino de português no estrangeiro, a redução injustificada

O relatório denunciou também quatro anos de injustificada redução do investimento na oferta de cursos de língua e cultura portuguesas no mundo, tendo-se revelado claramente insuficiente, quer ao nível do apoio às comunidades de emigrantes, quer na promoção do conhecimento e utilização da língua portuguesa para estrangeiros. Aliás, foram múltiplas as situações em que se verificou a ausência de respostas, a tempo, para grupos de alunos já constituídos, e para os quais o Governo português não foi capaz de seleccionar pessoal docente. O relatório denunciou também a inadequada alteração radical do regime de selecção de docentes que dessem as respostas necessárias às necessidades identificadas, pelo grau de instabilidade e fraco grau de atractividade que representou. Por outro lado, as remunerações destes docentes, estabelecidas em 2006, não sofreram qualquer actualização, para além de se estar a assistir à situação aberrante e já denunciada, de confundir subsídio de refeição com remuneração, constituindo estes trabalhadores da administração pública portuguesa que descontam IRS sobre aquele subsídio de refeição.



■ José Ricardo fala dos estatutos e das prioridades da FNE



■ Os cerca de 500 delegados votaram com maioria absoluta as decisões colocadas

Plano de acção sindical  
para o próximo quadriénio (2008-2012)

# **FNE será persistente na defesa dos trabalhadores da Educação**

O nono Congresso da FNE constituiu uma oportunidade de fortalecimento das nossas convicções e do empenhamento com que determinamos a adesão aos valores que defendemos.

Do auditório da Culturgest (onde se realizou o evento) para as escolas, partiu a mensagem de que a FNE continuará a proteger com determinação os trabalhadores da educação em Portugal. A FNE sai deste congresso com a convicção de que está preparada para, com grande mobilização, ser portadora de mensagens de exigência de mais e melhor educação, com trabalhadores reconhecidos e valorizados. Mais: afirma que é às organizações sindicais que se pode e deve exigir um trabalho persistente e consistente de defesa de condições de trabalho dignas e de remunerações dignas.

Para o quadriénio de 2008 a 2012, e na sua definição das orientações estratégicas para a intervenção político-sindical que vai desenvolver no referido período de tempo, a FNE exigirá, em primeiro, que o Estado assuma, na legislação e na prática dos governos, que as organizações sindicais devem dispor dos meios materiais e legais que lhes permitam desenvolver a sua acção.



■ Presidente da FNE, Jorge Santos, liderou a mesa da Assembleia ao congresso

Isto, a par de uma outra obrigação, mas desta vez para as organizações sindicais, a de se actualizarem em novas formas de intervenção social e em novas formas de organização interna. Uma dessas formas passa por apostar na chamada de jovens à acção sindical, investir fortemente na formação sindical de dirigentes e activistas sindicais, **apostar no caminho da negociação e da concertação, sem pôr em causa a utilização das formas de luta de que podemos dispor.**

Estas são, em base as orientações gerais para o futuro.

Porém, é preciso reforçar que as organizações sindicais são as únicas formas de organização dos trabalhadores com legitimidade para intervir na área da negociação e da contratação colectiva, e

devendo ser consideradas como tal em todas as suas consequências. Redefina-se então o enquadramento jurídico da negociação colectiva, para que primeiros beneficiários da acção negocial desenvolvida sejam os trabalhadores sindicalizados. É que não é justo que quem não suporta os sindicatos acabe por ter os mesmos resultados

da acção reivindicativa que eles desenvolvem, a qual se desenvolve exclusivamente com o recurso das quotizações dos trabalhadores sindicalizados.

#### **FNE: Crescer de dentro para fora**

O fortalecimento da FNE, sem pôr em causa o respeito que lhe merecem as outras organizações sindicais do sector, é um dos nossos projectos. Queremos fazê-lo através de uma mais eficaz organização interna, através de uma capacidade de resposta mais ágil ao quotidiano, através de maior proximidade com os Trabalhadores que representamos, através de maior capacidade de negociação e de intervenção pública.

Foi largamente sublinhada a necessidade de, pela sua acção e pela qualidade das suas intervenções, a FNE assumir um papel bem claro e distinto na sociedade portuguesa e particularmente entre os trabalhadores da educação.

Sem pôr em causa a necessidade de, pontualmente, articular posições com outras organizações sindicais e trabalhar em unidade na acção, sempre que a dimensão dos problemas o justificar, impõe-se que cada organização assuma por inteiro a sua autonomia, em função dos valores em que assentam as suas opções de intervenção estratégica, porque não é bom para a democracia que se diluam sistematicamente as diferenças e que estas se não assumam e como tal sejam respeitadas. É assim que a FNE pautará a sua acção, dela prestando contas aos associados dos sindicatos que a integram.







**Convenção dos não docentes já em 2008**

Tendo em conta a forte dimensão dos problemas que atingem todos os trabalhadores não docentes, considera-se essencial que até ao final deste ano de 2008, se realize uma convenção dos trabalhadores não docentes, para reforçar a unidade interna e para estabelecer as orientações de acção que corporizem as decisões deste Congresso.

**UGT activa e interveniente**

A FNE reitera o seu empenhamento na participação na UGT, porque esta é a Central que, a nosso ver, representa e exprime os valores sindicais em que acreditamos. Queremos uma UGT mais forte, mais activa e mais interveniente e por isso nela empenharemos os nossos dirigentes, porque a UGT é o que os seus sindicatos dela quiserem fazer e nós temos obrigação de contribuir para o seu fortalecimento.

Continuaremos disponíveis para contribuir para que a FESAP se fortaleça na qualidade das suas intervenções públicas, tanto na área da negociação, como na área das lutas que se revelarem necessárias.

**Internacional**

Continuar, também, a participar activamente na Internacional da Educação e no Comité Sindical Europeu da Educação é fulcral. Solidariamente, com os trabalhadores de todo o mundo, e particularmente com os trabalhadores da educação, contribuiremos para a promoção da acção sindical e da coordenação dos esforços sindicais como resposta às formas modernas que a exclusão social assume. Temos consciência de que os trabalhadores da educação de todo o mundo detêm especiais responsabilidades na promoção de sociedades livres, democráticas, de justiça social, de onde se erradicam a fome, a doença e a miséria. Queremos, igualmente, quer no quadro da CSPLP, quer no quadro da própria CPLP, que se fortaleça a nossa intervenção e a nossa acção solidária.

**Aproveitar as lutas e o memorando**

A opção por impor ao Ministério da Educação o **entendimento** a que se chegou no memorando de entendimento recente, após a marcha de 8 de Março, **foi o caminho adequado para garantir a uniformidade de procedimentos avaliativos nas escolas, acabando com abusos inaceitáveis que se estavam a registar em múltiplas circunstâncias.** Mas também criou espaço para a intervenção sindical na regulamentação



de uma matéria extremamente relevante e que é a da organização dos horários com respeito pela componente não lectiva de trabalho individual. O protocolo de entendimento não elimina em nada a nossa reivindicação de uma revisão do Estatuto da Carreira Docente. Impõe-se ainda que se aproveite o protocolo de entendimento para a negociação de regras para a organização do ano lectivo de 2008-2009 que procedam à definição de orientações que, nos horários dos docentes, respeitem o tempo de trabalho individual adequado ao número de alunos com que trabalham, e respectivos níveis, e em que se garanta razoabilidade na planificação da agenda de reuniões de coordenação; exigindo-se ainda a determinação de orientações que visem a criação de condições que permitam que o docente realize na escola, em espaços de qualidade, uma parte da sua componente não lectiva de trabalho de estabelecimento.

Queremos ainda afirmar a nossa exigência de não imposição de quaisquer limites autoritários à **capacidade individual de livre escolha da formação que cada um queira prosseguir**, dentro dos parâmetros identificados como necessários para a melhoria do sistema educativo. Se a este nível o Ministério da Educação pode determinar as orientações que considerar oportunas, já é inaceitável que seja o Ministério a definir arbitrariamente e com carácter de exclusividade as instituições onde a formação pode ser garantida.

### Concursos: formar lista nacional de candidatos

Em matéria de concursos a FNE continua a defender que, a nível do Continente, a forma mais justa de proceder às colocações dos docentes passa pela formação de uma lista nacional de candidatos, estabelecida com base na sua graduação profissional, a partir da qual os serviços centrais do Ministério da Educação procederiam às colocações, em função das necessidades identificadas em termos de respostas de cada escola aos níveis de educação, ensino e formação que aí são oferecidos, para além dos mecanismos de apoio à promoção do sucesso educativo, quer através da constituição de quadros estáveis, quer através de resposta a necessidades supervenientes identificadas pelas escolas. Há respostas educativas insuficientes, há insucesso escolar e há, ao lado, sem qualquer racionalidade, desemprego de docentes. Não que se queira resolver o problema do desemprego pela afectação cega de recursos, mas não se deixe de aproveitar aqueles que forem necessários. É essencial que se garanta que as regras de concurso sejam redefinidas, de modo a eliminar todas as normas que dão espaço a colocações feitas com base em inaceitáveis critérios discricionários e arbitrários.

### Contra uma avaliação do «faz de conta»

A avaliação dos docentes em Portugal não pode ser uma ficção ou um faz de conta. Na continuação do que foi o nosso contributo sistemático sobre a avaliação de desempenho, a FNE quer contribuir para que haja uma avaliação que seja séria e rigorosa. A FNE vai ouvir os seus sócios sobre a construção de uma proposta séria e credível para a avaliação de desempenho e apresentá-la-á ao Ministério da Educação, na sequência de uma Conferência Nacional que realizará em Outubro de 2008. Mas parece-nos desde já que é essencial que o processo de avaliação de desempenho seja credibilizado. Para isso, mantém-se a nossa exigência de que se garanta a formação e acreditação adequada dos avaliadores, para que sejam reconhecidos como tal pelos avaliados; que a componente de preparação e execução das actividades lectivas tenha uma consideração adequada; que a observação de aulas para efeitos de avaliação só possa ser feita por docentes do mesmo nível e área de formação do avaliado e apenas em situações que se possam identificar como excepcionais; que se reduzam os procedimentos burocráticos de registo àquilo que for essencial e imprescindível.

### Administração nas escolas mais participada

A administração das escolas deve ser necessariamente democrática e portanto mais participada pelos diferentes membros das comunidades educativas e para que a autonomia das escolas seja uma realidade. Para isso, impõe-se a clarificação das competências específicas da escola, com identificação das matérias concretas e relevantes para a organização interna da escola e dos processos de ensino-aprendizagem que aí decorrem – como a constituição das turmas e a organização dos seus horários – sobre as quais a escola deve tomar decisões, para o que têm que ser facultadas as transferências orçamentais adequadas e a capacidade de gestão dos recursos humanos que lhe são afectos e que sejam identificados como necessários para a execução do respectivo projecto educativo. É urgente estabelecer mecanismos rigorosos de avaliação externa, independente do Ministério da Educação.



## Condições para ensinar e para aprender

Os professores devem dispor de espaços onde possam trabalhar individualmente e em grupo, onde possam receber alunos individualmente ou em grupo. Aos professores deve ser respeitado o tempo necessário para a preparação das aulas, o que significa tempo para pesquisa, leitura e investigação.

Estaremos atentos à organização dos horários dos docentes, particularmente na componente não lectiva de trabalho individual, e ainda no acompanhamento das obrigações administrativas que venham a ser impostas, denunciando e impedindo sobrecarga de trabalho que possa pôr em causa a qualidade do trabalho que deve ser desenvolvido com e para os alunos.

Aos alunos cabe cumprir as tarefas escolares que lhe forem determinadas, com assiduidade, pontualidade e empenho. As famílias devem ser chamadas a responsabilizarem-se por estas atitudes dos alunos, devendo assumir um trabalho regular de apoio à escola e de relação assídua com os docentes.



## Apoio educativo

A publicação do Decreto-Lei 3/2008 não responde, antes contorna, problemas graves de acolhimento de situações diversas, conduzindo a uma confusão inaceitável – e dolorosa par os Alunos e as Famílias – entre o apoio educativo e o acompanhamento de situações de deficiência. Construído à margem da comunidade científica e sem ter em linha de conta a realidade, impõe-se a revisão daquele diploma legal, em respeito pelos Alunos envolvidos.

## Higiene, saúde e segurança nas escolas

Queremos contribuir para que as questões da higiene, segurança e saúde em contexto de trabalho nas escolas assumam o lugar relevante que devem ter, em respeito pelas pessoas envolvidas, particularmente os trabalhadores docentes e não docentes. Para isso, consideramos essencial que seja constituído um Conselho de Higiene, Saúde e Segurança Escolares, com a participação de representantes dos serviços do Ministério da Educação, da Associação Nacional dos Municípios e das Organizações Sindicais a nível confederal.

Torna-se necessário identificar as doenças profissionais específicas dos trabalhadores da educação, tomando nós desde já a iniciativa de identificar como de intervenção prioritária em termos de apoio as questões do stress, do aparelho vocal e as lesões músculo-esqueléticas.



## Contribuir para uma efectiva escola a tempo inteiro

A FNE quer contribuir para que a escola a tempo inteiro que colocou, no passado, como essencial no nosso sistema educativo, se organize em pleno respeito por todos quantos nela participam. Isto é, que as actividades decorram em espaços adequados, sem que se registem amontoados de crianças que estão apenas à espera que o tempo passe. Isto é, que os responsáveis pelas diferentes áreas sejam obrigatoriamente pessoas com formação científica e pedagógica ajustadas ao que leccionam. Isto é, que estes mesmos responsáveis recebam remunerações dignas, em mecanismos de contratação que não sejam precárias e de utilização abusiva e ilegal do falso recibo verde.

## Ensino superior e formação

O ensino superior vai continuar a estar no centro dos desafios que se estão a pôr à sociedade portuguesa, quer pela "Estratégia de Lisboa", quer pelo horizonte da "Educação e Formação 2010".

Portugal tem à sua frente a tarefa de refundar os seus sistemas de formação e educação, de modo a que os cidadãos, a sociedade e o Estado português possam responder adequadamente num mundo globalizado de crescente competitividade.

A verdade é que neste momento o nosso país apresenta no seio da União Europeia as mais reduzidas taxas de escolarização de formação de nível superior, e, por outro lado, os licenciados que saem do ensino superior estão longe de ter índices de empregabilidade que aquelas taxas poderiam fazer esperar.

O desajuste entre a procura de cursos de índole científica, tecnológica e as necessidades de diplomados destes cursos terá de ser objecto de estratégias conjugadas e inovadoras e a colaboração de todos nunca será demais. Este paradoxo - que decorre de uma articulação complexa e deficiente entre mundo laboral e ensino superior - terá de ter respostas a partir, tanto do mundo empresarial, como do mundo universitário e politécnico. Cabe ao Estado conduzir políticas de promoção da qualidade e do alargamento do Ensino Superior de Qualidade e não do seu estrangulamento.

Teremos de encontrar caminhos para passar de escolas superiores estruturadas no primado do ensino do docente para escolas organizadas em torno da aprendizagem do estudante. Estudante este que será cada vez mais um estudante diferente do clássico jovem em percurso escolar pré-laboral.

Actividade docente que não pode ter só como medida as horas de leccionação, mas também todo o apoio ao trabalho do(s) estudante(s).

## Ensino do Português no Estrangeiro

Agora, sobre o ensino do Português no estrangeiro, é preciso ter em especial consideração o direito das comunidades portuguesas, no que se refere ao ensino da nossa língua, e por isso a FNE vai lutar:

- Por uma boa reestruturação da Rede de cursos nos diferentes países, baseada essencialmente na defesa do ensino, que seja equilibrada no número de cursos e no número de horas e de alunos por curso e que integre todos os alunos que desejem aprender Português;

- Pela abertura atempada do concurso nacional anual para o EPE;

- Pela actualização das tabelas salariais do EPE e alteração da actual estrutura das mesmas, de forma que os professores sejam pagos de acordo com o número de horas de trabalho e não segundo percentagens, devendo ser aplicada esta regra também ao tempo de serviço;

- Para que os impostos locais referentes à habitação possam ser introduzidos nas declarações de IRS.

- Pelo subsídio de alimentação para os docentes do EPE.

## Ensino privado

É devida ainda uma palavra sobre o ensino privado, nas suas diversas vertentes, o qual constitui uma realidade e a FNE, neste domínio, não pode desvalorizar a sua acção, porque se trata de proteger e obter melhores condições de trabalho para milhares de trabalhadores docentes e não docentes que nele trabalham, para além de reivindicar que a educação e o ensino nele ministrados tenham níveis de elevada exigência e cumpram os objectivos gerais da Educação.

Apesar de ao longo dos anos ter sido possível introduzir muito significativas alterações, reestruturações e adaptações nos diferentes CCT que abrangem os trabalhadores deste sector, entendemos que ainda há importantes benefícios e protecções a procurar obter.

## Actualizar regime de aposentações

Quanto ao regime de aposentações, impõe-se que se diga que as actualizações do seu valor têm sido inferiores ao valor real da inflação, o que tem conduzido a uma significativa diminuição do poder de compra de todos os aposentados que, ao longo de muitos anos, fizeram os descontos que a lei impunha. Assim, a FNE reivindicará a revisão da actual legislação sobre o efeito nos descontos da ADSE, e restantes subsídios; o fim do inaceitável aumento do valor do desconto em sede de IRS; a comparticipação parcial ou total nas despesas

com medicamentos para os aposentados com doenças crónicas ou específicas da terceira idade.



# Definidas prioridades

na primeira reunião do **Secretariado Nacional** após congresso

Na sua primeira reunião depois do Congresso em que foi eleito, o **Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE)** considera urgente que sejam solucionadas ou analisadas a mais curto prazo as seguintes matérias:

## CONTRATOS A TERMO CERTO QUE TERMINAM EM 31 DE AGOSTO DE 2008

O Secretariado Nacional reitera a denúncia que sucessivamente tem feito da situação precária em que têm vivido milhares de trabalhadores não docentes nas escolas, que vivem a angústia da incerteza sobre a sua continuidade em funções, a qual se tem prolongado até aos últimos dias de Agosto de cada ano. Considera-se inaceitável que uma tal situação volte a repetir-se, sendo imprescindível que se encontre urgentemente uma solução para estes trabalhadores, de entre os quais se destacam no presente ano lectivo cerca de 1500. A situação é particularmente grave para estes trabalhadores, porquanto em relação a eles se esgotou a possibilidade legal de renovação do contrato. Por outro lado, é imperioso que a solução a encontrar garanta que estes trabalhadores assegurem, a partir do dia 1 de Setembro próximo, o funcionamento das escolas, já que está demonstrada à evidência a sua estrita necessidade. Não será aceitável que

qualquer solução a definir impeça que as escolas estejam dotadas do pessoal essencial de que carecem desde o primeiro dia do próximo ano lectivo.

## TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

O Secretariado Nacional reafirma os princípios que considera essenciais para que se proceda à transferência de competências para as autarquias locais, nomeadamente no âmbito do pessoal não docente. É essencial garantir que todos os trabalhadores não docentes dos agrupamentos de escolas de cada Município onde se proceda a essa transferência sejam envolvidos no processo, para o que se impõe a determinação das adaptações dos quadros municipais, de forma a integrarem a totalidade das categorias destes trabalhadores. Torna-se assim imprescindível que os quadros de pessoal das autarquias sejam alterados, passando a integrar as categorias dos trabalhadores não docentes que para elas venham a ser transferidos. >>

Impõe-se ainda que ao nível de cada Município se identifique o respectivo rácio de trabalhadores não docentes, o qual tem que ter em linha de conta critérios claros, de entre os quais destacamos o número de alunos, os alunos que se deslocam de localidades onde não há escola, alunos com necessidades educativas especiais, os mecanismos de apoio educativo, a arquitectura dos edifícios escolares e os respectivos espaços interiores e exteriores, bem como instalações específicas técnicas ou laboratoriais, os horários de funcionamento, a respectiva oferta formativa.

Por outro lado, e de acordo com o regime de autonomia, administração e gestão das escolas, deve competir ao director do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal não docente, independentemente de vínculo, carreira, remuneração ou função, nomeadamente afectando o pessoal a jardins-de-infância e escolas, e distribuindo o serviço.

Deve a autarquia respeitar as competências próprias do director da escola, da mesma maneira que, actualmente, a administração educativa o faz.

### COMBATE AOS RECIBOS VERDES NAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

O Secretariado Nacional da FNE denuncia a utilização abusiva dos recibos verdes como forma de pagamento a muitos docentes e formadores encarregados do acompanhamento das actividades de enriquecimento curricular, em imitação do que abusivamente também acontece no recrutamento de formadores dos Centros Novas Oportunidades.

A FNE sublinha a obrigação do Governo de impedir estas situações, determinando formas

legais que penalizem tais soluções precárias, injustas e ilegais.


Para denunciar esta situação, que assume proporções insustentáveis, a FNE vai lançar um abaixo-assinado de repúdio e de exigência de medidas de combate a estes abusos.

### VIGILÂNCIA SOBRE A APLICAÇÃO DO MODELO DE DESEMPENHO DOS DOCENTES

A FNE continuará atenta à forma como se está a concretizar o protocolo de entendimento celebrado com o Ministério da Educação, não deixando de denunciar em sede de comissão paritária todas as situações abusivas e ilegais que vier a identificar em relação à aplicação simplificada do modelo de avaliação de desempenho.

A FNE continua a considerar essencial que todas as situações de dúvida sobre a correcta aplicação do modelo simplificado devem ser transmitidas aos seus sindicatos membros, podendo ainda ser utilizada a aplicação informática disponível para o efeito na página da FNE em [www.fne.pt](http://www.fne.pt).





## Instituto Superior de Educação e Trabalho

### EDITAL

1. Informam-se os interessados que, entre **15 de Abril e 30 de Maio de 2008**, está aberto concurso para a selecção dos candidatos à matrícula e inscrição no Mestrado em Educação, na área de especialização em Administração Educacional, autorizado por despacho de 24 de Maio de 2007 do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
2. Ao referido concurso podem apresentar-se os candidatos que sejam titulares do grau de licenciado ou equivalente legal para prossecução de estudos;
3. A documentação a apresentar consta, obrigatoriamente, de
  - 3.1. Ficha de candidatura;
  - 3.2. Currículo profissional detalhado que deve ser acompanhado de:
    - 3.2.1. comprovativo das habilitações académicas
    - 3.2.2. comprovativo do tempo de serviço
    - 3.2.3. comprovativo de outros elementos do currículo profissional
  - 3.3. Uma propina de candidatura de 100 euros.
4. A não apresentação de qualquer dos documentos referido em 3. ou a não satisfação das condições expressas em 2. conduz à rejeição liminar das candidaturas.
5. Os critérios de selecção basear-se-ão na análise curricular e em entrevista pessoal sempre que a mesma seja considerada necessária.
6. A seriação dos candidatos será feita segundo os seguintes critérios:
  - 6.1. Currículo académico: classificação académica e formação complementar
  - 6.2. Currículo científico: publicações relevantes, comunicações apresentadas, projectos realizados, cursos de formação (concepção e dinamização)
  - 6.3. Currículo técnico: anos de experiência profissional, cargos de gestão ( direcção/chefia ou de gestão intermédia) e funções de formação
  - 6.4. Cidadania: participação na vida da comunidade.
 A grelha de ponderação e a respectiva fórmula da seriação para o acesso ao Mestrado em Educação, na área de especialização em Administração Educacional, estão afixadas nas instalações do ISET.
7. As candidaturas devem dar entrada na secretaria do ISET, R. Pereira Reis, nº 399, 4200- 448 Porto, até ao dia **30 de Maio de 2008**;
8. As listas provisórias dos candidatos admitidos serão afixadas a **5 de Junho**;
9. Período de reclamações: As reclamações deverão dar entrada na secretaria do ISET **entre 6 e 13 de Junho às 18 horas**;
10. Afixação da lista definitiva, nas instalações do ISET, a **18 de Junho**;
11. Inscrições e Matrícula de **20 de Junho a 7 de Julho**;
12. Informações complementares, nomeadamente as relativas ao desenrolar do curso, serão dadas pela secretaria do ISET, cujo horário de atendimento ao público é 9h.30 às 12h.30, 14h30 às 17h30.

Porto, Instituto Superior de Educação e Trabalho em 8 de Abril de 2008.  
A Presidente  
Professora Doutora Maria da Conceição Alves Pinto

## Formação Especializada para Docentes - 2008/2009

Destinada a docentes dos Ensinos Básico e Secundário ou da Educação Pré-Escolar, com grau de licenciatura ou equivalente e com pelo menos 5 anos de docência (Decreto-Lei nº 95/97).

### Administração Escolar

Qualifica para os seguintes cargos: Presidente do Conselho Executivo; Director; Vice-Presidente do Conselho Executivo, Adjunto do Director; Assessor Técnico-Pedagógico e Coordenador de Ano/Ciclo/Curso.

### Educação Especial

Qualifica para os seguintes cargos: Docente de Apoio Educativo, Coordenador da equipa de coordenação dos apoios educativos, Elemento da equipa de coordenação dos apoios educativos, Docente destacado nas unidades de intervenção regional no âmbito dos apoios educativos, Vice-Presidente do Conselho Executivo, Adjunto do Director e Assessor Técnico-Pedagógico.

### Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores

Qualifica para os seguintes cargos: Vice-Presidente do Conselho Executivo, Adjunto do Director; Assessor Técnico-Pedagógico, Coordenador de Departamento Curricular, Coordenador de Conselho de Docentes, Docente de Apoio Educativo, Coordenador da equipa de coordenação de apoios educativos, Elemento da equipa de coordenação de apoios educativos, Docente destacado nas unidades de intervenção regional no âmbito dos apoios educativos, Orientador Escolar e Profissional, Conselheiro de Orientação, Orientador de Estágio e Professor Cooperante.

*Os Cursos de Especialização foram acreditados pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua.*



## UGT apoia campanha olímpica "**JOGO LIMPO**"

A UGT está fortemente empenhada na luta pelos direitos humanos, políticos, sociais e sindicais fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo e estará presente sempre que estes forem ameaçados ou violados.

Assim e na qualidade de membro filiado na Confederação Sindical Internacional (CSI), a UGT apoiou a Resolução aprovada no Conselho Geral de Junho de 2007 que, atempadamente, pretendia chamar a atenção para a situação vivida por todos aqueles que trabalham para as diferentes marcas comerciais no âmbito dos Jogos Olímpicos e reclamar ao Comité Olímpico Internacional (COI) a responsabilidade de garantir o respeito pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras na produção de todos os artigos desportivos a fim de que este exemplo possa servir de modelo para futuros eventos desportivos a nível mundial.

Também perante o Comité Olímpico Nacional e o próprio COI não deixou, a UGT, de tomar posição evidenciando a sua profunda preocupação pela situação destes trabalhadores e alertando estas duas entidades para a gravidade do problema, solicitando a sua intervenção.

Neste quadro, as persistentes violações dos direitos humanos foram sendo denunciadas ao COI e à opinião pública mundial pela CSI e pelas organizações sindicais suas filiadas com o objectivo de se poder alterar a situação, assente em padrões verdadeiramente inaceitáveis de condições de vida e de trabalho.

Recentemente, através da publicação de um novo relatório, realizado por investigadores da campanha "Jogo Limpo", são denunciadas as diversas e frequentes situações de violação dos direitos fundamentais de que são alvo os trabalhadores da indústria de sportswear (equipamentos e artigos desportivos) e apontadas soluções.



**PLAYFAIR2008.org**

Uma vez que este só existe, ainda, na versão inglesa a UGT, como organização empenhada nesta Campanha e na sua divulgação, apresenta a tradução de sua responsabilidade, de uma Síntese do Relatório, em português.



Para mais informações consulte:

- <http://www.fne.pt/content/item/show/id/2299>
- <http://www.playfair2008.org/>

## FNE CONTRIBUI PARA A IDENTIFICAÇÃO DE ABUSOS E ILEGALIDADES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

No quadro da sua participação na comissão paritária criada na sequência do memorando de entendimento, a FNE apresentou na reunião deste órgão que hoje decorreu um conjunto de situações que identificou como abusivas e ilegais. Sublinha-se que várias das realidades expostas resultam das informações que foram transmitidas à FNE através da utilização da aplicação informática criada para o efeito na nossa página na Internet. Verifica-se, assim, a plena oportunidade desta iniciativa, que deve continuar a ser utilizada para transmissão de informações sobre a forma desajustada, desequilibrada, abusiva, ilegal ou de duvidosa legalidade que estejam a ser verificadas.

O que de mais preocupante foi denunciado nesta reunião foi, genericamente, a tentação de, em algumas circunstâncias, se ultrapassarem largamente os mecanismos simplificados acordados entre as organizações sindicais e o Ministério da Educação para o desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho no presente ano lectivo. Regista-se, nomeadamente, **a continuação da observação de aulas, a exigência de documentos não previstos, a intervenção de alunos na avaliação dos professores, e mesmo que se façam apreciações comparativas com realidades não objectivadas em tempo oportuno, como sejam os objectivos de escola em termos de assiduidade ou resultados escolares.**

Comunicado FNE | 23 Maio 2008

Entre outras ilegalidades referidas nesta reunião, assumiu particular destaque a questão das faltas. Com efeito, em algumas circunstâncias, não está a registar-se o respeito que é devido pelo direito a faltar, sem consequências para efeitos de progressão em carreira, em circunstâncias como falecimento de familiar ou exercício da actividade sindical. Mas também faltas que decorrem da própria actividade do estabelecimento de ensino, como é o caso das que ocorrem em consequência de acompanhamento de vistas de estudo, estão ter tratamento diverso de escola para escola e nem sempre da forma mais adequada.

A FNE insurgiu-se nesta reunião contra a forma como o Ministério da Educação está a conduzir o processo de funcionamento da comissão paritária, substituindo as negociações previstas na lei pelas reuniões daquele órgão. A FNE considerou que se torna essencial clarificar o objecto das reuniões da comissão paritária, para o que a elaboração urgente de um regulamento próprio se torna essencial. Ficou ainda bem claro que as negociações sobre as restantes matérias em que o Ministério da Educação deve ouvir as organizações sindicais devem realizar-se no quadro de mesas negociais separadas.

Porto, 23 de Maio de 2008



COMISSÃO  
PARITÁRIA

## SINDICATOS DA UGT REIVINDICAM CLARIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS

A Frente de Sindicatos da UGT que engloba a FNE, o SINTAP e o SINAPE reuniram com o Ministério da Educação para negociação do decreto-lei que vai definir o quadro em que se vai proceder à transferência de competências para os Municípios, nomeadamente no que diz respeito ao pessoal não docente.

Nesta reunião, foi reiterada a exigência de que aquela transferência terá que respeitar os percursos profissionais desenvolvidos pelos diferentes trabalhadores envolvidos, as categorias de que esses trabalhadores são detentores e as expectativas de desenvolvimento profissional que a legislação lhes tem garantido.

Sendo claro que existe uma efectiva incorrecta distribuição destes trabalhadores pelas escolas, haveria que garantir que previamente, e havendo trabalhadores interessados e disponíveis para mudarem de escola e Município, se pudesse permitir esse movimento.

A Frente de Sindicatos da UGT considerou ainda perfeitamente inadequado que os trabalhadores de uma escola possam vir a ser chamados a exercerem funções

uns dias na sua escola e noutro dia em serviços camarários, e, pior ainda, ao arrepio dos interesses da escola identificados pelo respectivo órgão de gestão.

Os trabalhadores não docentes têm vivido sistematicamente situações de precariedade, de insegurança e de injustiça. É tempo de dizer que é tempo de estes trabalhadores se verem reconhecidos na especial importância que detêm na vida interna das escolas.

Todavia, e apesar das reservas que manifestamos relativamente a este processo, não nos demitiremos da responsabilidade de acompanhamento do mesmo. Por isso, estaremos na primeira linha de exigência de:

- determinação de compensações financeiras adequadas às Autarquias, tendo em vista o exercício das novas competências e responsabilidades;
- preservação dos direitos adquiridos, quer em termos de desenvolvimento de carreiras por parte de Trabalhadores envolvidos, quer em termos de expectativas relativas ao seu futuro profissional;
- manutenção das dependências hierárquicas, funcionais e disciplinares em relação aos órgãos de gestão das escolas, relativamente a Trabalhadores envolvidos no processo;
- garantia do respeito pelo exercício de funções que se adequem à categoria e deveres funcionais dos trabalhadores a transferir.

## Protecção Social TRABALHADORES LUTARÃO POR DIREITOS ADQUIRIDOS ADSE para todos

A FNE, no âmbito da FESAP, e o Governo iniciaram, ontem, 15 de Maio, a discussão do diploma que pretende proceder à aproximação progressiva do regime de protecção social da Administração Pública ao regime de protecção social geral.

Nesse sentido, na nova proposta de lei, está estabelecido que os trabalhadores com vínculo contratual à Administração Pública serão integrados em dois regimes distintos de protecção social.

1 – Regime geral de segurança social

a) Enquadra os trabalhadores no regime geral de segurança social.

b) Este regime é aplicável a aos trabalhadores titulares de relação jurídica de emprego público, independentemente da modalidade de vinculação, constituída a partir de 1 de Janeiro de 2006.

2 – Regime de protecção social convergente

a) Enquadra os trabalhadores numa organização e sistema de financiamento próprios, ficando asseguradas toda a assistência e prestações relativas à protecção social na doença, maternidade, paternidade e adopção, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, invalidez, velhice e morte.

b) Este regime será aplicável aos trabalhadores que sejam titulares de relação jurídica de emprego público, independentemente da modalidade de vinculação,



desde que constituída até 31 de Dezembro de 2005 e que não tenham sido integrados no regime geral de segurança social até à mesma data.

Na próxima reunião, dia 21 de Maio, a FESAP apresentará propostas que assegurem que com a entrada em vigor do presente diploma não se verifiquem quaisquer prejuízos para os trabalhadores, uma das quais será, certamente, a existência de um regime transitório até 2014.

Reivindicaremos, ainda, que todos os trabalhadores ao serviço da Administração Pública possam ser beneficiários do sub-sistema de saúde ADSE.

16 de Maio de 2008



Avenida da Liberdade vestida de UGT

# Trinta mil trabalhadores da UGT desfilaram no 1º de Maio

A União Geral dos Trabalhadores) comemorou o 1º de Maio com um desfile nacional pela Avenida da Liberdade, em Lisboa.

As expectativas da central foram ultrapassadas, ao juntar cerca de 30 mil pessoas de todos os pontos do País. A opção por um desfile não esteve ligada à revisão do Código do Trabalho, mas sim porque "era tempo de a UGT sair à rua" e "voltar às origens, dar voz aos sindicatos", disse, aquando do desfile, a alguns órgãos de comunicação social, o secretário-geral da central sindical, João Proença.

O lema da manifestação centrou-se essencialmente no combate à precariedade e por um "emprego com qualidade".

Já no discurso final, no Rossio, João Proença pediu a baixa da taxa de IRS nos salários e nas pensões, defendendo que é necessário aumentar o nível de vida dos trabalhadores. Para Proença, a baixa do IVA recentemente decidida pelo Executivo foi "importante", mas não teve qualquer reflexo na vida e no poder de compra dos trabalhadores, bastante prejudicados com o facto da taxa de inflação estimada pelo Governo em 2,1 por cento estar já nos 2,8 por cento.

João Proença garantiu ainda no seu discurso que a UGT nunca "aceitará a figura de despedimentos sem justa causa ou por inadequação ao posto de trabalho". Mais. Considerou importante lutar contra os falsos recibos verdes e contra a precariedade laboral, mas deixou claro que "a UGT não cede em matéria de papel da negociação colectiva".

O secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores garantiu que a central vai negociar o Código em sede de concertação, e teceu duras críticas a um deputado que dias antes, no Parlamento, referiu que só "sindicatos pouco sérios é que negociavam com o Governo".

Os professores dos vários sindicatos ligados à FNE estiveram também fortemente representados neste desfile do 1º de Maio, e ouviram o seu secretário-geral e presidente da UGT, João Dias da Silva, referir a necessidade de "estarmos atentos e reforçar a solidariedade nas tentativas que existirem de



diminuir o poder de compra dos trabalhadores".

Acrescentou Dias da Silva, perante 30 mil trabalhadores, "que se impõe uma política de salários dignos e justos para que a economia se desenvolva, ao contrário dos salários dos patrões que em algumas empresas crescem de forma anormal".

Acabar com a incerteza permanente sobre o seu futuro, nomeadamente nos mais jovens, foi outra das preocupações presente neste discurso.



# 1º de Maio

- 1. Na defesa de um trabalho e de uma vida digna, com boas condições e apostando num trabalho cada vez mais qualificado e com melhores remunerações.
- 2. Contra a precariedade no trabalho, que atinge sobretudo os jovens e os desempregados que obtiveram um novo emprego, provocando insegurança e prejudicando a formação e a competitividade.
- 3. Na luta por melhores salários e pensões, com uma justa distribuição da riqueza.
- 4. Por um sistema de protecção social que a todos garanta poder envelhecer com autonomia e dignidade.
- 5. Por impostos mais justos, nomeadamente através da diminuição do IRS para os rendimentos mais baixos e médios, incluindo os reformados, com maior equidade na distribuição da carga fiscal.
- 6. Por uma negociação colectiva que abranja um número crescente de trabalhadores/as e que acompanhe as suas reivindicações, consagrando novos direitos e conciliando a vida de trabalho e a vida familiar.
- 7. Por um mundo de trabalho mais igualitário onde cada um/a seja avaliado segundo as suas competências, sem qualquer discriminação, nomeadamente de género ou de orientação sexual.
- 8. Por um Estado de Direito que defenda com equidade os mais fracos, os mais vulneráveis, os mais pobres e todos os desprotegidos, reforçando os seus, direitos e respondendo com eficácia quando estes forem ameaçados.
- 9. Por uma revisão do Código do Trabalho, que promova uma melhor defesa dos trabalhadores, que combata a precariedade, reforce a negociação colectiva e garanta o respeito pela lei e pelos acordos da negociação colectiva.
- 10. Pela Europa Social e pelo reforço da Confederação Europeia de Sindicatos e da Confederação Sindical Internacional, na defesa duma globalização diferente, com Direitos Sociais, Justiça e Paz.

**TODOS JUNTOS**

Marquês de Pombal - Lisboa

## 1º de Maio: Entre 20 e 30 mil pessoas na manifestação da UGT em Lisboa - números revistos em alta pela PSP

Entre 20 a 30 mil pessoas desfilaram hoje à tarde entre o Marquês de Pombal e a Avenida da Liberdade, em Lisboa, na primeira manifestação da UGT para comemorar o Dia do Trabalhador, indicou fonte da PSP, revendo em alta números anteriores.

No início da manifestação da UGT a PSP tinha avançado que estavam presentes cerca de 12 mil pessoas, mas quando os primeiros manifestantes estavam a chegar à Praça do Rossio uma fonte da PSP ouvida pela Lusa reviu em alta este número, indicando que estão presentes na iniciativa entre 20 e 30 mil pessoas.

Ao som de tambores e empunhando bandeiras da UGT, os trabalhadores desfilaram pela Avenida da Liberdade, entoando palavras de ordem como "Emprego Sim, Desemprego Não" e "Contra Precaridade, Emprego de Qualidade".

A manifestação arrancou cerca das 15:20 do Marquês de Pombal.

A iniciativa, disse à Lusa João Proença, secretário-geral da UGT, "está a correr muito bem, de acordo com as expectativas".

João Proença acrescentou que a central sindical realiza pela primeira vez na sua história uma manifestação em Lisboa, tendo em conta que esta "é a altura ideal para sair à rua".

O secretário-geral da UGT adiantou que a manifestação de rua "não tem a ver com a conjuntura actual, relacionada com a revisão do código de trabalho" uma vez que já estava programada "à muito tempo".

Sindicatos de todo o país afectos à UGT participam nas comemorações do dia do trabalhador reivindicando o aumento de salário e das pensões a redução do IRS, o reforço da contratação colectiva, o respeito pela lei e pelos acordos.

Lisboa, 1 Maio (Lusa) - CMP





## **ABAIXO-ASSINADO**

Os Professores e Educadores abaixo-assinados exigem que sejam eliminadas todas as situações de precariedade entre os docentes, nomeadamente através de:

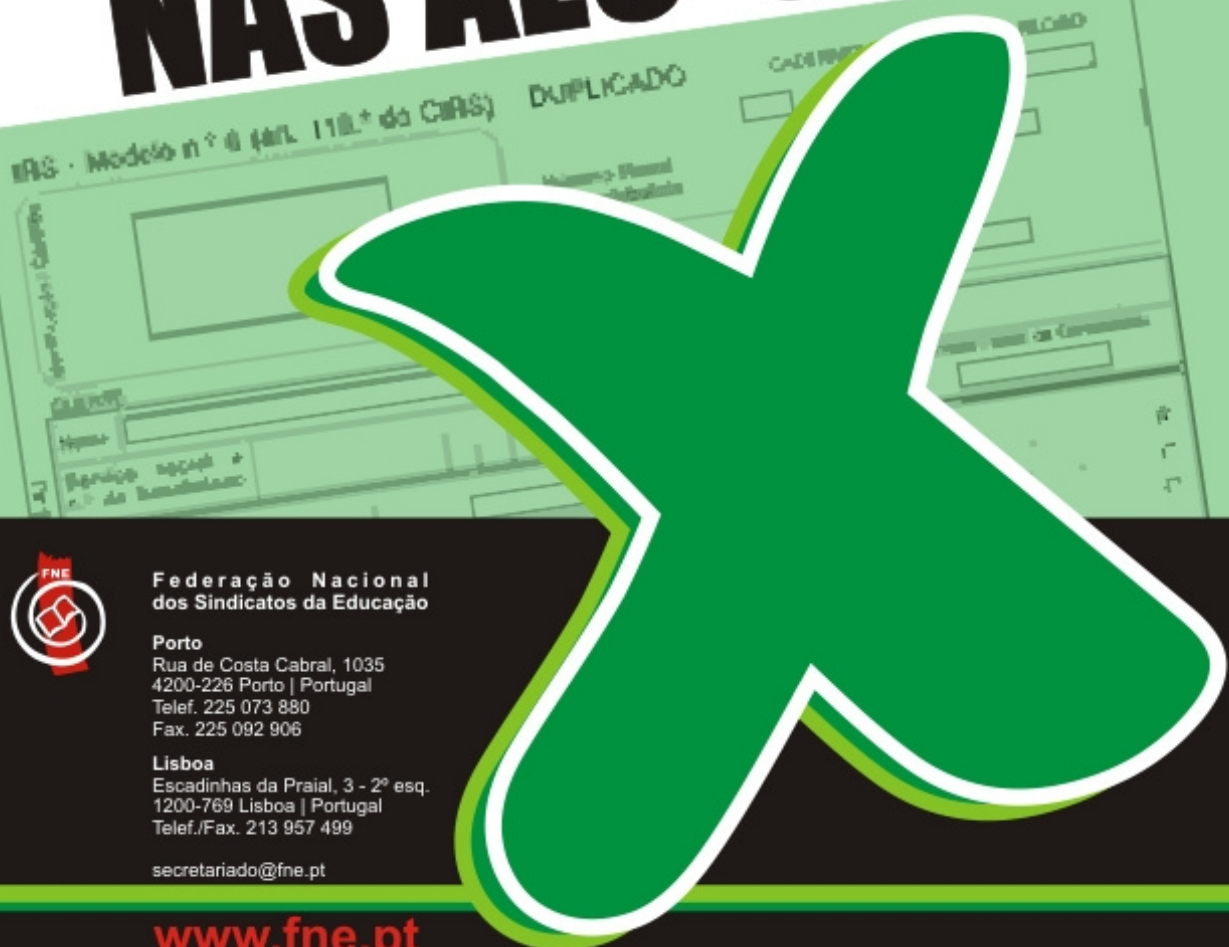
estabelecimento do direito a um contrato sem termo ao fim de três anos de contratação a termo;

eliminação do regime de recibo verde para os responsáveis pelo funcionamento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC);

determinação de valores mínimos razoáveis para a remuneração dos responsáveis pelo funcionamento das AEC;

NOME	AGRUPAMENTO/ESCOLA	B.I

# NÃO! AOS RECIBOS VERDES NAS AEC'S



**Federação Nacional  
dos Sindicatos da Educação**

**Porto**  
Rua de Costa Cabral, 1035  
4200-226 Porto | Portugal  
Telef. 225 073 880  
Fax. 225 092 906

**Lisboa**  
Escadinhas da Praia, 3 - 2.º esq.  
1200-769 Lisboa | Portugal  
Telef./Fax. 213 957 499

secretariado@fne.pt

[www.fne.pt](http://www.fne.pt)